

ASSOCIATIVISMO DOCENTE E TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E EM PORTUGAL (1970-1980)

Libânia Nacif Xavier¹

Na oportunidade de estabelecer um intercâmbio profícuo entre colegas que estudam aspectos ligados ao associativismo e ao sindicalismo docente em suas diversas formas de manifestação, pretendo expor as balizas que nortearam uma pesquisa sobre o tema, desenvolvida durante estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa (ago. / 2008 a fev. / 2009). Como parte de um convênio de intercâmbio acadêmico (CAPES-Grices) que se propõe a desenvolver estudos comparados sobre a história da profissão docente no Brasil e em Portugal, apresentarei as linhas de orientação de uma pesquisa que vem estudando as experiências de associativismo docente nos dois países, em contextos de transição política. Partimos da hipótese de que os processos de restabelecimento da vida democrática, ocorridos no Brasil e em Portugal durante a década de 1970-80, propiciaram avanços no que tange à autoconstrução de uma identidade mais autônoma dos professores, permitindo-lhes impor limites frente ao controle do Estado e construir novas dinâmicas no campo das relações de poder.

O trabalho se situa, portanto, no âmbito de uma linha de investigação que tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a história da educação e, dentro desta, destaca o estudo da profissão docente como campo privilegiado para investigar os modelos de organização associativa e sindical dos professores, bem como os padrões de relacionamento historicamente estabelecidos entre este grupo profissional e o Estado. Nesse empenho, procura, também, observar as estratégias de legitimação política e profissional – condições que estão na base da conquista de um maior grau de autonomia do grupo – mobilizadas nos contextos de transição política.²

¹ (PPGE-UFRJ) libaniaxavier@hotmail.com

² No Brasil, a transição política, abarca o período cronológico de 1974 a 1985, inaugurada com a *abertura democrática*, conduzida pelo Governo Geisel (1974 - 1979) e se prolongando até o final do Governo João Batista Figueiredo (1979 - 1985), com a Anistia, a reforma partidária e a eleição com voto vinculado e direto para a Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, Senado e Governo do Estado, a partir do pleito de 1982. A despeito de ter sido um processo conduzido pelo Governo, este foi marcado, também, pela ampliação da participação popular com a organização sindical de diversas categorias, entre estas o magistério público. No caso português, João Barroso (2003:66) destaca o *ciclo de evolução do sistema de ensino* que se inicia no 25 de abril de 1974 e se extingue progressivamente com a posse do primeiro governo constitucional, em 1976, sendo caracterizado pelo autor *como um período de forte participação social, (...) quase sempre radicalizada pelas vanguardas partidárias, empenhadas em eliminar (ou esconder) os vestígios do passado anti-democrático e em disputar a primazia na definição do futuro*. O autor identifica quatro etapas distintas na evolução do ensino português em consonância com a conjuntura política. São estes: *revolução; normalização, reforma e descontentamento*.

Considerando os professores como protagonistas de sua própria história, a pesquisa busca acompanhar as estratégias e os modelos de associativismo docente constituídos em contextos marcados pela combinação entre mobilização política e social e a desorganização (ou limitação) do controle estatal, procurando perceber os seus desdobramentos do ponto de vista individual e coletivo, seja na configuração de variadas trajetórias profissionais seja na (re) definição da carreira. Esta assertiva conferiu sentido à organização de um roteiro de exploração de fontes de pesquisa segundo o qual se procurou observar diferentes formas de percepção e de expressão das lideranças sindicais e associativas dos professores da educação básica em relação às experiências de atuação associativa e sindical, tais como: as memórias individuais, enfatizando a observação da trajetória individual dos professores, bem como a sua avaliação pessoal sobre o impacto da experiência sindical na configuração da carreira docente; a memória coletiva, captada por meio da observação dos acervos documentais preservados na sede dos sindicatos, observando-se o estado de conservação dos mesmos, assim como as regras de disseminação e acesso dessa documentação histórica ao público interessado; a análise de material impresso, tais como revistas e boletins sindicais, em particular os produzidos no contexto de (re) fundação dos sindicatos nas décadas de 1970-80; a visita às associações profissionais de professores.

Nossa proposta de investigação atribui importância central às relações de poder, procurando observar as *negociações identitárias*³ em curso nos momentos de acentuada mudança das estruturas institucionais (da escola e dos aparelhos do sistema de ensino) e na vida política de modo mais geral. Trata-se de construir uma interpretação da história da profissão docente que seja capaz de desequilibrar as certezas produzidas pelas percepções naturalizadas acerca das funções políticas e sociais, profissionais e éticas dos professores. Consideramos que a pesquisa poderá avançar na medida em que conseguirmos entender como as relações de poder que tiveram curso nos contextos de crise do aparelho de poder e de ampliação da participação política ganharam a eficácia possível. Com base nos escritos de Jacques Revel (1998:29), pretendemos assumir uma postura teórico-metodológica que se esforça por deslocar o foco de análise das oposições simplistas de *força / fraqueza, autoridade / resistência, centro / periferia*,

³ De acordo com Dubar (2005:141-2), a *negociação identitária* constitui um processo comunicativo complexo e irreduzível a uma rotulagem de identidades predefinidas com base nas trajetórias individuais. Ela implica em fazer das relações com o outro um critério e um elemento importantes na dinâmica das identidades, definindo como uma construção coletiva, o processo de produção de identidades novas, incluindo suas confirmações objetiva e subjetiva.

priorizando a observação dos fenômenos de *circulação, de negociação e de apropriação* de idéias, modelos e práticas em curso à época e em circulação nos diferentes espaços -- nacionais, locais e grupais -- observando-se as operações de re-interpretação e de adaptação que acabam por submeter as diretrizes dominantes (em termos políticos, ideológicos e profissionais) às lógicas particulares das comunidades que delas se apropriam.

A intenção de ouvir as vozes dos professores determinou um procedimento relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Trata-se da realização de entrevistas, bem como da coleta de relatos de memória ou de balanços dessas experiências já publicados sob a forma de livros ou artigos em revistas especializadas. A opção por trabalhar com entrevistas converge com o esforço de trazer as representações dos professores sobre o ofício que eles desenvolvem nos seus próprios termos. Tal opção teve o objetivo de escapar dos discursos prescritivos sobre o magistério, bem como de análises que abstraem as condições efetivas de trabalho dos docentes hoje no Brasil, buscando um tipo de formulação que seja capaz de contemplar a heterogeneidade do magistério

Possibilidades analíticas abertas pelas entrevistas:

Apresentaremos as primeiras observações resultantes das entrevistas, iniciando com os docentes que exerceram suas atividades nos Sindicatos do Rio de Janeiro para, em seguida, expor os resultados das entrevistas com os docentes que participaram da organização dos *Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário* (GPDES), embrião do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

No Rio de Janeiro, a organização do Sindicato dos Professores da rede privada (SINPRO-RIO), assim como da União dos Professores Públicos do Rio de Janeiro (UPPE) datam dos anos de 1930, enquanto a fundação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), ocorreu na década de 1970, ainda na vigência do regime militar. A perspectiva de formação de uma entidade sindical em nível nacional se fez presente nos movimentos de organização sindical de diversas categorias profissionais, estando ligada, ainda, aos movimentos de oposição ao regime autoritário instaurado no Brasil em decorrência do movimento político-militar de 1964.⁴ Esse

⁴ Sobre o assunto, consultar Coelho, Ricardo B. Marques (1988). O Sindicato dos Professores e os estabelecimentos particulares do Rio de Janeiro (1931-1950); Andrade, Teresa Ventura de. *A União dos Professores do Rio de Janeiro: um capítulo à parte na história da organização docente (1948-1979)*.

último aspecto guarda relação com um movimento mais geral, de contestação do controle do Estado frente a um regime extremamente centralizado e autoritário⁵ e paralelo a um movimento de expansão das reivindicações sociais pela ampliação das oportunidades de escolarização.⁶

Os critérios utilizados para selecionar os professores a serem entrevistados seguiram a seguinte orientação: Em primeiro lugar, contatei os professores que trabalharam em uma escola particular cuja proposta pedagógica, o núcleo central de seu corpo docente, bem como sua estrutura administrativa e de gestão apresentam características próximas a um modelo de organização e funcionamento que poderíamos chamar de *alternativo* ou de *esquerda*.⁷ Assim, foi selecionado o grupo de professores que, tendo pertencido ao corpo docente desta escola, também exerceu atividades sindicais ao longo de sua carreira concomitantemente à atuação em sala de aula. Junto a este grupo, foram entrevistados professores que (independente de sua vinculação institucional) exerceram cargos de liderança nos sindicatos e que, posteriormente, se inseriram nos quadros do ensino superior.

Em linhas gerais, os entrevistados expressaram a percepção dos sindicatos como um espaço privilegiado de socialização, mas, por outro lado, também se destacou o fato

Niterói, UFF, 2001. Dissertação de mestrado; Masson, Máximo Augusto Campos (1998). Magistério e Sindicalismo: a trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro e Sobreira, Henrique Garcia (1989). Educação e Hegemonia: o movimento dos professores públicos de 1º e 2º graus - Estado do Rio de Janeiro (1977-1985). Faculdade de Educação / UFRJ (dissertação de mestrado).

⁵ A distensão política inaugurada no governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) foi acompanhada pelo recrudescimento do movimento de oposição ao governo militar por um lado e, por outro, assistiu a emergência de movimentos sociais, profissionais e culturais reunidos em torno de lutas comuns. Nesse contexto, se dá a criação de entidades associativas como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (Anped – 1978) e a Associação Nacional de Educação (Ande), dentre outras associações.

⁶ De fato, desde os anos 60 que a generalização do modelo urbano de vida, ampliou as expectativas de ascensão social pela educação. A formação de uma população marginal nas grandes cidades brasileiras e a necessidade de sua integração à sociedade urbana e industrial imprimiram à educação escolar não só o atributo de direito de todos mas, sobretudo, o de necessidade de todos. Nos anos 70, o *problema educacional* encontrava-se claramente definido como demanda social e reconhecido como ponto prioritário na pauta dos planos de governo, pois, parcelas significativas da população reclamavam por educação e as elites políticas, por sua vez, reconheciam a necessidade de extensão do sistema do ensino não só para garantir o equilíbrio social como também para alimentar o desenvolvimento econômico e integrar as populações marginais das grandes cidades (Xavier, 1999:51).

⁷ Quando nos referimos a um *modelo alternativo* de organização escolar, estamos falando de uma escola que rompe com a estrutura tradicional, baseada na divisão hierárquica entre direção e corpo docente, por exemplo, adotando modelos de gestão democrática ou cooperada de modo a contemplar uma participação mais ampla dos atores escolares nas decisões coletivas relacionadas ao funcionamento da escola. O atributo de *esquerda* permite acrescentar ao *modelo alternativo* já descrito o fato da escola contar na composição de seu corpo docente, com professores que se vincularam a grupos de esquerda na luta contra a ditadura militar.

de que o envolvimento na luta sindical teria contribuído para afastar a perspectiva de investimento na ascensão profissional, adiando, por exemplo, o ingresso nos cursos de pós-graduação. Nessa linha, foi possível identificar dois padrões de trajetória profissional entre os docentes entrevistados: um que priorizou o engajamento em projetos coletivos e outro que, a despeito do envolvimento na militância política, optou por canalizar os capitais acumulados no exercício de suas lideranças para ingressar no ensino universitário, promovendo, dessa forma, uma reorientação em sua trajetória individual. No que tange ao impacto sobre a configuração da carreira docente, os entrevistados foram enfáticos em valorizar a intervenção dos sindicatos no sentido da proteção e legitimação da carreira, apesar de reconhecerem um difuso estado de crise da participação sindical nos dias atuais.

Em Lisboa, as entrevistas também partiram da mesma questão norteadora, contudo, a seleção dos professores entrevistados priorizou aqueles que exerceram liderança expressiva nos movimentos de oposição ao regime salazarista e que, posteriormente, se incorporaram aos quadros universitários. Ao lado destes, entrevistamos uma nova geração de professores (a maioria deles formada em fins da década e 1970) que participou da transição política na condição de aluno universitário e que, posteriormente, assumiu posição de liderança nas Associações Profissionais de Professores por disciplina ou áreas de saber ligadas ao ensino.

O cruzamento das entrevistas com a análise dos impressos revelou a estreita relação entre a produção de um conjunto de publicações relativas à situação da educação portuguesa no período em tela, ao lado de publicações que se voltavam para a compreensão da própria história do movimento associativo docente no país. Este conjunto de publicações, que, à primeira vista deveria cumprir um papel de divulgação, acabou por promover a projeção intelectual de seus autores, configurando uma área de estudos e de produção de saberes específicos sobre a educação portuguesa.

Chega-se assim, à questão da autonomia como um valor crucial na construção da identidade dos professores portugueses, traduzida em termos de independência intelectual e de preservação da livre incitativa profissional com base na auto-regulação de suas atividades. Isso se dá de forma muito mais evidente no âmbito do funcionamento das escolas. Como se sabe, o processo revolucionário que culminou com o 25 de abril de 1974 desencadeou uma sucessão de experiências de auto-gestão nas escolas, em particular nos liceus, introduzindo experiências inovadoras no âmbito da educação pública que influenciaram fortemente a organização e o funcionamento,

atualmente em vigor nas instituições escolares portuguesas.⁸ Nesse caso, foi possível recolher alguns relatos de memória já publicados, porém de grande valor para o conhecimento dos desdobramentos das ações políticas empreendidas pelos professores durante o chamado processo revolucionário. Além da gestão democrática ou participativa, outro aspecto destacado se remete à preocupação com a formação contínua dos professores, o que vai resultar na organização de diferentes associações de professores, por disciplina e, também, por propostas pedagógicas ligadas à partilha de informações e de experiências no sentido da formação contínua.⁹

Merece registro, por fim, o fato de que as demandas em torno da formação contínua também foram amplamente aventadas em entrevistas com docentes que atuam no Sinpro-Rio e, em menor medida, no SEPE (Cf: LELIS E XAVIER:2008). Por seu turno, a realidade portuguesa demonstrou o forte interesse em torno a propostas e iniciativas de formação contínua, não só por parte dos professores, como também do Ministério da Educação, em consonância com as políticas de financiamento dessas iniciativas pela União Européia.

Potenciais da pesquisa com os impressos sindicais:

A pesquisa com os impressos produzidos pelos Sindicatos localizados na cidade do Rio de Janeiro ainda se encontra em fase preliminar, porém, já conta com a identificação dos impressos publicados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE). Dentre as diferentes publicações desta entidade constam a *Revista de Educação*, os *Cadernos Acadêmicos*, o *Jornal Conselho de Classe*, o *Mural do SEPE* e as *Teses de Congressos*, além do *Boletim do SEPE*. Este último já foi objeto de nossa atenção, constando de comunicação apresentada no V

⁸ É digna de nota a observação de Antonio Teodoro (2004), assinalando que, no processo de redemocratização da sociedade portuguesa, o controle do Estado perde sua força ante as escolas, onde as nascentes estruturas sindicais dos professores começavam já a assumir um papel de destaque no campo escolar, ora se antecipando, ora se recusando a aceitar quaisquer normatizações oriundas do Estado, contrariando, dessa forma, as expectativas de promover uma *transição controlada*, por parte dos Governos Provisórios que se sucederam até 1976. Teodoro (2004:184) assinala, ainda, que, nos trabalhos sobre a revolução portuguesa de abril, existe consenso sobre duas de suas características marcantes: 1) a existência de forte movimento social popular, que impulsionou as principais transformações verificadas na sociedade portuguesa e 2) a paralisia generalizada no seio das estruturas do aparelho de Estado, em resultado da luta pelo seu controle político.

⁹ Dentre as associações visitadas, incluem-se a Associação Profissional de Professores de Português e suas correspondentes na área da História, Matemática e Inglês, além do Movimento da Escola Moderna, com sede em Lisboa.

Congresso Brasileiro de História da Educação (SBHE). A análise preliminar dos Boletins centrou atenção ano de 1997, que sucedeu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9394/1996) e nos permitiu vislumbrar algumas características gerais dos impressos sindicais. Nesse empenho, fomos levadas a definir o tratamento dos impressos como materialização de projetos de *construção identitária* e de conformação da carreira docente, em sintonia com os movimentos sociais, políticos e culturais que marcaram o contexto em questão.

Assim, o *Boletim do SEPE* foi tratado como expressão de um projeto político e profissional que abrange lutas pela universalização do ensino, bem como as reivindicações de melhorias das condições de trabalho e dos salários, envolvendo, ainda, a disputa pela condução do debate educacional à época. O impresso em tela veicula notícias que informam sobre o estágio das lutas empreendidas pelo sindicato, ao lado de informações sobre as ocorrências políticas do momento, articulando-as à luta maior de consolidação das conquistas democráticas, informando os professores e, ao mesmo tempo, evidenciando uma longa pauta de negociações e mobilizações. Desse modo, contempla o objetivo para o qual foi idealizado, qual a seja o de estabelecer mais um elo de ligação entre a luta sindical e os professores atuantes nas escolas da rede pública – estadual e municipal – do Rio de Janeiro. Portanto, cumpre não só o papel de suporte de informações, como também de intérprete das práticas e orientações políticas do momento, denunciando seus desvios, criticando suas incoerências e fomentando ações para sua reorientação segundo os interesses e necessidades dos *profissionais do ensino*.¹⁰ Conforme pudemos apreender, o Boletim expressão a percepção destes últimos como grupo específico, mas também, como parte da sociedade brasileira (XAVIER, SALOMÃO E ALIMANDRO: 2008).

A exploração dos impressos como expressão das estratégias de lutas mobilizadas pelas lideranças sindicais nos levou a explorar, desta vez de forma mais sistemática, a revista sindical portuguesa intitulada *O Professor*. Esta surge num contexto de

¹⁰ A denominação “profissionais do ensino” resulta de acalorado debate no âmbito da entidade sindical, indicando, pelo menos, a disputa entre duas concepções divergentes a respeito da identidade profissional que se queria consolidar: uma que destacava a docência como fundamento exclusivo da profissão do professor e outra que considerava que a entidade sindical deveria reunir todos os profissionais envolvidos com o ensino, incluindo, além dos professores, os inspetores, serventes, pessoal administrativo etc. Esse debate repercutiu na própria denominação da entidade sindical, ao longo de sua existência, levando a que o Centro Estadual dos Profissionais de Ensino (CEPE) assumisse esta denominação após o Congresso Extraordinário realizado junho de 1988. Antes, a entidade teve as seguintes denominações: Associação de Professores do Estado do Rio de Janeiro - APRJ (1977); Sociedade Estadual dos Professores - SEP (1977-1979) e Centro Estadual de Professores - CEP (1979-1988). Sobre o assunto ver: Sobreira (1989:74).

incremento do recrutamento de professores em todos os níveis de ensino e se dirige, na primeira fase de seu projeto, ao conjunto de docentes do ciclo preparatório, do liceu e da escola técnica. Com a unificação do ciclo preparatório, em meados dos anos 1960, e com o aumento da procura por ensino e do ingresso na carreira, acedem docentes com habilitação acadêmica de licenciatura, bacharelado ou até de nível inferior, mas a grande maioria sem habilitação profissional.

A situação descrita desencadeia entre os docentes provisórios e de serviço eventual do ciclo preparatório e do ensino secundário um movimento de descontentamento que resultou na formação dos chamados *Grupos de Estudo* que passa a ser veiculado pela revista. De uma primeira adesão a esse movimento, os editores, num segundo momento, estabelecem como principal forma de reivindicação profissional a conquista de um estatuto profissional e a necessidade de o Estado autorizar a criação de organizações associativas da categoria.¹¹ De acordo com o Editorial do primeiro número da Revista (outubro de 1973), esta *nasce da necessidade sentida por setores cada vez mais amplos da classe docente de refletirem sobre os múltiplos problemas que se lhes levantam no exercício da profissão e expressa a vontade decidida em procurar e realizar as soluções indispensáveis.*

Rapidamente, a revista assume um formato que tem como Abertura uma página de Editorial, noticiando os temas centrais do número da revista, ou tecendo comentários sobre aspectos da conjuntura política. Cada capa apresenta um assunto de interesse do professorado, que será tratado sob vários pontos de vista de modo a contribuir para o esclarecimento da questão. Assim, por exemplo, o primeiro número é dedicado à questão do Estatuto do Professor, enquanto o segundo número destaca a questão associativa e o terceiro a formação docente e os estágios. No seu interior, encontramos espaço para o noticiário nacional e internacional, além de um Box para homenagens a profissionais de relevo. Acrescente-se a estes, um espaço para tratar da legislação pertinente e informar sobre os últimos acontecimentos por meio da seção intitulada “Através da Imprensa”.

Há, também, espaço reservado para a divulgação de cursos de interesse da categoria e sugestões de bibliografia para aprimorar os conhecimentos. A partir do

¹¹ Após 1933, com a imposição do Estado Novo, em Portugal, fica juridicamente estabelecida a proibição de associações profissionais ou sindicatos de grupos profissionais integrados no Estado como funcionários públicos, levando a que, segundo Resende (2003) a veiculação de revistas e boletins ganhasse projeção como espaços de negociação, disputa ou adesão às determinações do Ministério da Educação ao professorado. Ainda de acordo com o autor, o período situado entre 1960-1974 foi marcado pelo alargamento das funções da escola e do professor.

número 7, (março de 1975) a revista amplia a parte *Internacional*, transformada em seção de uma a duas páginas, incluindo uma outra seção intitulada *A Educação no Mundo*, o que demonstra a sintonia das lideranças sindicais portuguesas com os acontecimentos que estavam agitando a Europa naquele contexto.¹²

Uma breve análise dos números da revista publicados no chamado *período revolucionário* (1974-1976) nos permite verificar as percepções das lideranças dos professores do ensino liceal acerca das possibilidades de democratização da educação escolar abertas com o 25 de abril, bem como vislumbrar as estratégias traçadas pelo grupo que estava na liderança editorial com o intuito de operar a construção de uma identidade específica (LAWN:2000) atribuída aos professores de ensino liceal, caracterizada pela posse de informações relevantes sobre a luta política contra todas as formas de opressão explícitas (notadamente dos governos autoritários) e implícitas (exercidas pelos governos do bloco capitalista).

Considerações finais:

O levantamento das fontes até agora realizado permitiu visualizar alguns vetores dos processos de construção identitária dos docentes, seja em suas implicações individuais seja no âmbito da participação associativa.¹³

Nesse empenho, a utilização dos impressos como fonte se justifica em razão das possibilidades de observação que oferecem ao pesquisador, seja por permitir captar os debates e ações no campo educacional, no momento mesmo em que estes se processavam, seja pela possibilidade de perceber as diferentes vozes e projetos que se fazem representar nesses suportes. A análise dos impressos sindicais nos permitiu observar, nos dois países, a preocupação dos órgãos sindicais estudados com uma certa pedagogia voltada para a informação e para a formação política dos professores, verificada nos objetivos, no conteúdo e na formato de suas publicações.

¹² Figuram nos destaques internacionais artigos sobre a situação da educação na Espanha, França e Alemanha, Polônia, URSS e Cuba, bem como artigos sobre a situação política em países latino americanos insurgidos contra regimes ditatoriais, tais como o Chile e o Uruguai.

¹³ Partindo do princípio de que as identidades (profissionais) são o resultado, a um só tempo - *estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as suas instituições* - Claude Dubar (2005:136) sugere que o sindicalismo pode construir um aparelho de socialização secundária que permita a transformação das identidades *dominadas* em identidades *militantes*, resistindo à dominação e contribuindo para a produção de novas regras em jogo .

Ao lado da preocupação com a ampliação da participação política entre os professores – verificada não apenas na linha editorial dos seus impressos, mas, especialmente no relato de suas lideranças – observa-se, também, uma preocupação explícita com a qualificação técnica e intelectual desse grupo profissional.

Os artigos voltados para o debate de questões ligadas ao cotidiano da sala de aula ou aos grandes modelos didático-pedagógicos, bem como a apresentação de sugestões de atividades didáticas, dentre outros aspectos ligados ao *ofício docente* também revelam a preocupação com a formação / qualificação contínua dos professores, ora reivindicando, ora efetivando propostas de qualificação contínua com vistas a promover a legitimação social e científica de sua área de atuação. Desse tipo de preocupação decorre a vertente de um outro tipo de associativismo, diferente do sindical, qual seja o associativismo profissional, que está a requerer uma atenção especial no âmbito de nossa pesquisa.

Referências bibliográficas:

DUBAR, Claude (2005). *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, Martins Fontes.

LAWN, Martin (2000). Modos de gestão da identidade dos professores. In NÓVOA, Antoni, Isabel E XAVIER, Libania Nacif (noprelo). *O Ofício docente na voz de suas lideranças sindicais..* In LELIS, Isabel e NASCIMENTO, Maria das Graças (orgs.). *Mestres do século XXI: representações e práticas*. [título provisório] Rio de Janeiro, Editora Forma e Ação.

MAGALDI, Ana Maria e XAVIER, Libania Nacif (orgs.) (2008). *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro, Editora Sete Letras / FAPERJ.

NÓVOA, Antonio (1987). *Lês Temps de Professeurs: analyse sócio-historique de la profession enseignant au Portugal (XVIII – XX siècle)*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa.

_____ (org.) (1993). *Repertório Analítico sobre a imprensa de educação e do ensino*. Lisboa.

Ó, Jorge Ramos do e MENDONÇA, Ana Waleska (no *prelo*). A história da profissão docente em Portugal e no Brasil: aproximações e distanciamentos. *Revista Brasileira de História da Educação* - SBHE.

_____ (2004). Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: Um olhar sobre 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba.

REVEL, Jacques (org.) (1998) *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV.

RESENDE, José Manuel (2001). *O engrandecimento de uma profissão: Os professores do ensino secundário público no Estado Novo: Das formas de justificação às gramáticas de acção: aquilo a que os docentes se referenciam para engrandecer a sua profissão*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.* publicado em pela Fundação Calouste Gulbekian.

SCHRIEWER, Jürgen (2001). Formas de externalização do conhecimento educacional. *Cadernos Prestige*, 5. Educa, Lisboa.

TEODORO, (2004). *Mobilização educativa em tempos de crise revolucionária. Periferia e centro no processo de democratização das escolas (1974-1976)*. <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=37417207> acesso em 25/03/2009, às 7:30 h.

XAVIER, Libania (2006). Profissão docente: entre o associativismo e a funcionarização. (RJ:1950-1960). In *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Cf: www.sbhe.org.br acesso em 20 de março de 2009, às 9:20 h., l.n.; XAVIER, L.N; SALOMÃO, B. e ALIMANDRO, V. (2008). Os impressos como elo de ligação entre o Sindicato e as Escolas. *Atas do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. SBHE. www.sbhe.org.br.

_____ (no prelo). Inovações e discontinuidades na política educacional fluminense. In *Revista Rio de Janeiro – UERJ*.